

Desenvolvimento Regional: Atribuição e Desafios da Universidade Contemporânea

Shirlei Alexandra Fetter¹
Raquel Karpinski Lemes²

Resumo

Apresenta-se neste estudo a relevância da educação para o desenvolvimento regional. Busca-se adensar o conhecimento no tocante ao desenvolvimento regional tendo como base a universidade a cooperar para a melhoria do bem-estar da sociedade. Também se baseou na metodologia qualitativa, para isso o entendimento debruçou-se sobre a importância da educação universitária e os benefícios dela aos ambientes sociais e econômicos através de discussão entre autores. Desta forma, considera-se a universidades como polo potencializado ao desenvolvimento para a região. Destacam-se as evidências as contribuições da Educação Superior para o Desenvolvimento Regional. Acrescenta-se que a educação universitária, como resultante de múltiplas determinações, em um contexto histórico e atual, identificando, entre outras questões as crises que vem enfrentando a universidade contemporânea, as novas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista, às novas exigências educacionais demandadas pelo contexto emergente no qual nos encontramos. Conclui-se que a base do desenvolvimento não se referencia somente nas questões econômicas, uma vez que nele estão contidos aspectos sociais, históricos e institucionais e outros fatores que contribuem para o crescimento e desenvolvimento integral da população.

Palavras-chave: Universidade. Compromisso. Desenvolvimento. Sociedade.

Regional Development: Attribution and Challenges of Contemporary University

Abstract

The relevance of education for regional development is presented in this study. It seeks to increase the knowledge regarding regional development based on the university to cooperate to improve the well-being of society. It was also based on the qualitative methodology, for which the understanding was focused on the importance of university education and the benefits of it to the social and economic environments through discussion among authors. In this way, universities are considered as a hub for development in the region. The evidence highlights the contributions of Higher Education for Regional Development. It is added that university education, as a result of multiple determinations, in a historical and current context, identifying, among other issues, the crises that are facing the contemporary university, the new relations of production and reproduction of capitalist society, the new educational requirements demanded by the emerging context in which we find ourselves. We conclude that the basis of development is not only referred to economic issues, since it contains social,

¹Aluna PEC do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFRGS. Mestre em Desenvolvimento Regional-FACCAT.

²Doutoranda em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação-UFRGS. Mestre em Educação-UFRGS.

historical and institutional aspects and other factors that contribute to the growth and integral development of the population.

Keywords: University. Commitment. Development. Society.

1 Considerações iniciais

Os aspectos abordados nesta discussão referem-se à transformação da realidade, diante do citado revela-se a dimensão da responsabilidade social das instituições universitárias, que precisam estar em constante interação com o seu entorno social. Sustentada pelo Art. 207 da Constituição Federal de 1988, o pilar da universidade sustenta-se por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de tal forma que a produção do conhecimento universitário, a partir de atividades educativas contemplando aspectos formais e não formais, mas, sobretudo, experimentais, e compromete-se com a inclusão e a diversidade entre os diferentes setores (FURTADO, 2000).

Outro fator que se aborda é o desafio posto à universidade, no âmbito regional, em formar profissionais capazes de criar alternativas e que tenham potenciais, articulando-as as necessidades regionais com os conhecimentos produzidos e sistematizados em seu interior. Para contribuir com o desenvolvimento regional, há que se desenvolver uma dinâmica de conhecimento democratizado do território regional, centrado no seu progresso.

A proposta educacional voltada para o desenvolvimento local e regional está diretamente vinculada à compreensão da necessidade de se formar pessoas que, no futuro, possam participar ativamente das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas, e, assim, transformar por meio da educação o sujeito num ser consciente de sua transitividade crítica, racional e questionadora (FREIRE, 2011). Nesse sentido, os cursos de licenciatura são instrumentos fundamentais para o atendimento dessas necessidades.

Tendo em vista a importância da universidade para o desenvolvimento local e regional, torna-se imprescindível a reflexão em torno da comunidade regional. Buscando fazer uma análise, o presente estudo reflete sobre as contribuições em torno da pesquisa, evidenciando a função que exerce a universidade no desenvolvimento local e regional.

O desenvolvimento regional e social dispõe de espaços que, se analisados, destacam as instituições de ensino que fomentam a pesquisa, descritas como responsáveis não somente pela formação de mão de obra qualificada, mas pela promoção e geração de conhecimentos multiplicadores, além das técnicas, das tecnologias, agregando novos conhecimentos. Desse

modo, as universidades, enquanto instituições de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, assumem importância e habilidades no processo de desenvolvimento.

A presente reflexão partiu à busca de compreender a relação da universidade com o desenvolvimento regional. Desse modo, para centrar os aspectos a serem estudados, especificaram-se os caminhos do estudo, tendo como meios contextualizar conceitos teóricos.

Enquanto abordagem metodológica, inicialmente, adotaram-se os moldes de pesquisa qualitativa, buscando esclarecer o tema a que se remete o estudo contextualizado da importância da educação universitária para o desenvolvimento de uma sociedade.

Apresentam-se as relações entre a educação e o desenvolvimento regional. Para tanto, partiu-se de duas questões centrais: uma encontra-se especificamente na relação entre educação e processo de desenvolvimento; a outra discute qual é o papel que a universidade exerce diante das questões sociais. Assim, busca-se apontar e analisar o contexto e o advento dessa vinculação, identificando e explorando as formas que propiciam o desenvolvimento regional (BOISIER, 1996).

Portanto, a compreensão do processo de consistência do ensino e aprendizagem na escola envolvem as relações com o contexto no qual se inserem essas instituições e que atuam sobre ele. Dessa forma, ao utilizar o conhecimento sobre as realidades econômicas, cultural, política e social, busca-se compreender as relações e o contexto em que está inserida a prática educativa. Em vista disso, a instituição utiliza-se dos resultados de pesquisas realizadas para o aprimoramento de sua prática de formação profissional.

Estende-se a discussão sobre as ações pedagógicas, em contextos emergentes, enquanto uma abordagem possível para se pensar o desenvolvimento regional. Não se pode deixar de ressaltar que as ações interdisciplinares buscam novas posturas diante do conhecimento, provocam mudança de atitude humana que influencia o contexto do conhecimento em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural - e se constituindo como projeto coletivo diante das comunidades. Com isso, os aspectos culturais foram associados ao processo de desenvolvimento, como um conjunto de valores estabelecidos na sociedade.

2 Além do econômico: contribuição da educação para o desenvolvimento regional

Com referência à educação, a universidade proporciona os conhecimentos necessários para que o educando possa agir e transformar sua realidade, isto é, desenvolver e exercer sua

cidadania. Freire (2011) aponta a formação universitária como campo próprio do estudo científico, com vistas à tendência a assimilar melhor os próprios conceitos científicos, a realidade, passando a adquirir, ou estabelecer relações de sentido, não ficando apenas na superficialidade dos acontecimentos.

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), deve-se considerar a educação como uma necessidade de transformação local; sendo assim, educar-se é adquirir os experimentos para transformar e tornar compreensíveis os problemas locais. A experiência se conceitua e se assume como algo pessoal de cada sujeito, que é inerente às suas estruturas culturais, afetivas e cognitivas (CUNHA, 2008).

As dimensões pedagógicas estão diretamente ligadas às inovações. Nesta perspectiva, Veiga (1996) destaca a prática pedagógica como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, que vai além da prática docente conteudista, sua intencionalidade abrange os diferentes aspectos do projeto pedagógico da escola e as relações desta com a comunidade e a sociedade. O que se espera é que a educação não seja só o mero conhecimento reproduzido, mas que compreenda como se materializa, possibilitando meios e ações práticas no plano de desenvolvimento de uma região.

Atualmente, percebem-se indícios do baixo nível de escolaridade, mas, para que o cidadão exerça sua cidadania e saiba de suas responsabilidades, a educação tem que, de forma sensata, desenvolver a compreensão crítica sobre a realidade. Freire (2000) entende que a democracia, a liberdade, a autonomia são processos de construção de uma sociedade justa, fundada na liberdade e na igualdade de oportunidades para todos, sendo composta, inclusive, por classes ou grupos de despossuídos, sem poder econômico, sem autonomia cultural, sem dominação política.

As mudanças que permeiam os procedimentos pedagógicos na sociedade do conhecimento, na qual evoluímos rapidamente, e a instituição de ensino defronta-se com as dificuldades de trabalhar com ações de entendimento e a informação. Essa relação, que tem acompanhando os sujeitos durante suas vidas, é uma associação entre a educação formal, esta adquirida em instituições educacionais, e a vida profissional, a prática. De acordo com Cunha (2008), esse processo constitui-se na docência, quer dizer, os saberes das disciplinas, os saberes curriculares e os saberes da experiência vivida.

Articular a educação com a formação integral dos sujeitos, ou, ainda, articular a escola com a comunidade educativa, é uma necessidade da sociedade atual. Nesta sequência, a sociedade contemporânea demanda que seus cidadãos administrem os conhecimentos científicos e tecnológicos. Em razão disso, há urgência em envolver os diferentes

fundamentos de ensino na formação do indivíduo. Conforme Libâneo (2008), diante da priorização de uma formação ética, desenvolvimento intelectual e pensamento crítico. Aspectos de reestruturação dos conceitos abordados fazem a ponte entre o que é ensinado e o que é vivido na realidade cotidiana concreta. Sendo assim, o corpo docente está em contato com as diversas necessidades advindas das realidades locais, e, portanto, de certa maneira, mediando à prática pedagógica científica de um território regional. Nesse sentido, o processo pedagógico requer mudanças na forma de entender o conhecimento (CUNHA, 2008).

O sistema educacional local, incluindo a universidade local ou regional, pode articular parcerias e preparar a integração com os diversos setores regionais. Em sentido amplo, caracteriza-se, de um lado, como formador de futuros profissionais, pessoas empreendedoras das ações existentes na região, e, de outro, a universidade transformando e enriquecendo o sistema educacional. O conhecimento voltado às ações é entendido por Freire (2003) como sendo a práxis, isto é, a reflexão sobre a ação verdadeiramente transformadora da realidade, fonte do conhecimento reflexivo e criativo.

No campo educacional, mudam-se os paradigmas do conhecimento, mas o procedimento pedagógico de ensino permanece tradicional. Hoje o conhecimento descortina a estocagem de conteúdos, de práticas tradicionais, por meio de textos e imagens no papel, os quais já não se consideram como base. Segundo Cunha (2008, p. 22), essa prática “[...] requer uma ruptura necessária que permita reconfigurar o conhecimento para além das regularidades propostas pela modernidade”, como também reorganizar a concepção de ensinar inovando as práticas aplicadas.

A universidade é um local em que se privilegia o conhecimento científico, além de ser uma instituição investigadora, baseada no estímulo à curiosidade. Ela também contempla a realidade histórica/cultural, política e social. Assim, entendida por Leite e Lima (2012) como um espaço de formação científica, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, pode-se afirmar que produzir e propagar o conhecimento científico são uma atividade que traduz toda a experiência vivenciada na universidade.

A IES, enquanto formadora de pensamentos críticos, trabalha por meio da pesquisa científica. Embasa sua filosofia de trabalho em dois campos: um envolve a função básica exercida pela pesquisa científica; outro, o foco cultural da propagação à pesquisa e à ciência. Apontado como o impasse entre o saber e a socialização do conhecimento, Fávero (2003) ressalta o trabalho universitário como inadiável e imprescindível para a reconstrução entre a teórica e a prática, porque é o espaço em que as descobertas teóricas promovem os avanços do

conhecimento e onde se fundem as experiências do saber e do saber-fazer, com medidas de aplicações técnicas inovadoras, reconstituindo as necessidades que os seres têm de conhecer, diferenciar, explicar e de entender seu próprio mundo.

Os paradigmas contemporâneos tendem a agir não pelo acúmulo do conhecimento. Dessa forma, a universidade é o espaço social onde reflexões conflituosas e sociais de cunho intelectual constituem-se pela educação, uma vez que essa se expandiu, embora ainda ocorra o reducionismo de pensar a formação dos profissionais da educação sob os aspectos complexos de um aprendizado humano para a vida prática. Nesse sentido, o processo ensino-aprendizagem se restringe à reprodução do conhecimento, no qual o docente assume um papel de transmissor de conteúdos, cabendo ao discente à detenção e repetição dos mesmos em atitude receptiva. Não é, pois, o domínio de conhecimentos específicos o que o identifica, é a pesquisa como exercício profissional (ZABALA, 1998).

A universidade, como produtora de novos saberes, ainda apresenta lapsos no sistema de ensino, como, por exemplo, a ausência do estímulo à pesquisa científica dos currículos antigos, caracterizando as organizações educacionais como incentivadoras do alto individualismo, desprovendo-se do consenso (LAMPERT, 2009). Pode-se afirmar que a formação baseada na produção do saber relacionado à prática configura-se numa verdadeira práxis, constituindo-se numa forma de proporcionar ao aluno a reflexão, para que este esteja apto a agir e transformar sua realidade quando necessário. É, então, o exercício sensato da discussão, bem como a expressão e a intervenção do saber sistematizado, para si e para o mundo (BARROS e LEHFELD, 2013).

Um dos problemas que prevalecem atualmente nas universidades públicas e privadas é a escassez de indícios de formação à pesquisa nos cursos de graduação. Integrado, a realidade de pesquisa, que busca uma possível articulação entre a ação investigativa e o ensino. Pereira e Lacerda (2009) corroboram a afirmação de que a universidade, já no século XXI, deve oferecer programas de formação profissional com currículos caracterizados por trabalhos multidisciplinares de preparação para a pesquisa, sendo que a qualidade do ensino se destaca pelo desempenho dos professores.

Esta proposta desestabiliza o pensamento reprodutivo e instala em seu lugar a inquietação, a busca constante pelo saber e saber fazer, sendo o ensino e o espaço pedagógico os impulsionadores de inovação pedagógica no ensino superior. Cunha (2008) aborda como desafiadora, aos docentes, a mudança do cenário, com a perspectiva de proporcionar aos discentes melhores aprendizagem e, assim, ampliar sua prática além da dimensão técnica e científica, inovando com as rupturas do ensino tradicional.

Competências pedagógicas são necessárias para o desenvolvimento de atividades em sala de aula. Coerência entre as atividades é uma das ferramentas que se apresentam como motivação e competência no exercício da docência, tendo como ferramenta os conteúdos, abordados numa sequência significativa de atividades. Ainda, enfatizam-se os programas, de relevância ao manifesto de que os estudantes necessitam o período de estudos (FÁVERO, 2003).

Para tanto, o professor universitário pode propiciar aos alunos não somente o conhecimento já construído, mas criar oportunidades à aquisição de novos significados, adquiridos com a realização de pesquisas. Assim, a formação profissional se realiza como processo de movimento, isto é, de mudança (CUNHA, 2008). Nesta conjuntura, a formação universitária e a produção do conhecimento científico, na formação do profissional, denunciam-se como fato dissociado entre a teoria e a prática na formação docente. Para Barros e Lehfeld (2013), todo conhecimento científico é um processo progressivo, que emerge da coexistência ou da relação entre a teoria e a prática.

Assim, consagra Cunha (2008), que a transformação por intermédio da própria atividade educativa, se volta à capacidade do discente em fazer suas escolhas, superando o paradigma de alienação. Isto posto, passa a contribuir na formação e no desenvolvimento de suas competências, para além da compreensão da sua realidade, refletindo e conscientizando-se sobre a aprendizagem cooperativa. Esse processo educacional, segundo a mesma autora, é

Os aspectos de discussão apresentados relacionam-se às tarefas do trabalho acadêmico docente baseado na e pela pesquisa. É por meio da reflexão sobre a origem do conhecimento que a universidade contextualiza a investigação no espaço acadêmico-pedagógico. Nesta amplitude, coloca-se em evidência a pesquisa como agente associativo da investigação com a educação, objetivando a qualidade da formação docente como processo de desenvolvimento acadêmico criativo (RICHARTZ, 2015).

Entende-se que os trabalhos educativos, dentro de um contexto de complexidade, são compostos por interesses e demandas. Partindo desse pressuposto, ao desenvolverem estratégias pedagógicas inovadoras, aqueles que as desenvolvem são, certamente, considerados competentes. Quanto a isso, Feldmann, Masetto e Freitas (2016) apontam que é necessário equilíbrio e dedicação para haver benefícios.

Transmissão e socialização do saber são hoje desafios no cenário da sociedade contemporânea. As funções exercidas pela instituição de ensino, em sua estrutura organizacional de conteúdos e métodos, entrelaçam o pensamento prático à formação profissional docente. A percepção profissional reflexiva vai abordar, além das considerações

sobre a sociedade atual, as questões que articulam a escola, o ensino e o currículo, como atitudes reflexivas sobre seu fazer docente (FÁVERO, 2013).

2.1 Universidade emergente em contextos contemporâneos

A presente sequência ao assunto em estudo busca contribuir para a reflexão sobre o conceito de competências no contexto da educação superior, trazendo aspectos do cenário educacional atual, ressaltando os novos paradigmas que estão orientando as ações pedagógicas e a produção de conhecimento no meio acadêmico. Esses conceitos ganham espaço na educação superior como ferramentas para repensar o processo de formação e planejar novas práticas docentes que visem tornar os sujeitos agentes de transformações sociais.

A luz, dos conceitos de competências - mais especificamente no ensino superior – considera-se o que é amplamente citada nas Diretrizes Curriculares e pouco se esclarece a respeito dele. Neste entendimento, o termo competência apresenta o sentido da mobilização e aplicação dos conhecimentos escolares, de forma ampla, preparando o sujeito para a vida em sociedade.

Na perspectiva de Fazenda (2008), enquanto educadores não podem ter olhar de especialistas focados em uma única direção, mas precisamos ter uma visão ampla e profunda, que permita compreender o processo num todo, assim, define a formação em nível superior terá que possibilitar a aquisição de competências que lhe permitam enxergar o humanismo. Nesse sentido, os resultados que a comunidade universitária precisa, conhecer e aprofundar seus conhecimentos a respeito do termo competências e maneiras de como ir além do simples - saber fazer ao qual o termo comumente está atrelado.

Fundamenta-se no esforço de desenvolver as competências pautadas na relação com o todo, não apenas para o mercado de trabalho, ressaltando as problemáticas das competências voltadas apenas para a produção de mão de obra especializada para o trabalho. A ação pedagógica pode ser prática e desenvolver habilidades úteis, mas, também deve essencialmente buscar refletir sobre o contexto sócio cultural e promover tomada de decisões pautada na perspectiva dialógico crítica.

Assim, inclui-se que a competência como fator de mudança não apenas no que tange a formação de competências fechadas e compatíveis com o mercado de trabalho, e sim visando à cooperação e trocas de saberes necessário a uma formação humana e integral. No trabalho

acadêmico interdisciplinar Paviane (2008), acredita que não se ensina nem se aprende; vivencia-se e constrói-se, assim sendo o que caracteriza um trabalho interdisciplinar é a busca, a pesquisa e a ousadia, o pensar complexo em romper os limites das fronteiras estabelecidas entre as várias áreas de conhecimento.

Se analisarmos de fato o papel social da universidade, essa tem uma significativa contribuição na construção do país, ou seja, sua reconstrução. Mais expressivamente o que se entende é que a universidade não assumiu, de fato o seu trabalho. Ela encontra-se em um marco ao oferecer seus ditos conhecimentos a uma necessidade conteudista social, a serviço do capitalismo global. Na concepção de Santos (2011) a universidade é entendida como integrante desse conjunto, o autor suste que a instituição de ensino superior é: “uma empresa, uma entidade que não produz apenas para o mercado, mas que se produz a si mesma como mercado” (p. 21), como um mercado educacional universitário, de planos de estudo, de certificação, de formação docente, de avaliação.

Reflexivamente a universidade deveria passar por uma reforma, a qual estabelecerá uma relação de relevância na reconstrução social do país. De certa forma ela tem um comprometimento social com seu público acadêmico. A final, epistemologicamente são mentes reflexivas e críticas e a universidade não pode mercantilizar o conhecimento. Sendo assim a democratização do conhecimento universitário seria realizado de forma crítica.

Para Santos (2011) entre a década de 1980 e 1990 surgiu processos marcantes nas universidades. A perda do bem público que passa a ser valorizado através do capitalismo. Segundo Chauí (2001) é preciso por em pauta esse assunto que atualmente domina as questões entre universidade e sociedade, por isso há que se pensarem quais são os esforços realizados para produzir bons resultados nos processos enfrentados hoje pela universidade.

Entende-se que o currículo passa a atender as exigências da sociedade capitalista, transformando-se num mercado de conhecimento, pois atualmente vivemos em uma sociedade marcada pela informação o que não é sinônimo de conhecimento. Do mesmo modo, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, formação técnica, úteis para a mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento e expansão do sistema capitalista (SANTOS, 2011).

No entender de Boaventura de Sousa Santos (2013), a universidade encontra-se em demasiada crise. Mais especificadamente em três fases. Cada uma delas reflete diretamente no contexto geral das universidades, afetando assim os saberes e a produção da pesquisa.

As crises com que se defronta a universidade são identificadas por Santos (2013) como crise hegemonia, esta resulta das contradições entre as funções tradicionais da universidade e

as que ao longo dos tempos tinham vindo a ser lhes atribuídas. De um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade se dedicava desde a Idade Média. Do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, formação técnica, úteis para a mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento e expansão do sistema capitalista.

A crise de legitimidade foi provocada pelo fato da universidade ter deixado de ser uma instituição voltada ao senso comum e pela crescente segmentação do sistema universitário, pela desvalorização dos diplomas universitários, em termos gerais “em face das exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares” (SANTOS, 2013, p. 403).

Como terceira e última crise, a institucional, resulta da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última aos critérios de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social. Esta crise institucional, segundo Santos (2013), se caracteriza pela perda do bem público universitário abrindo espaço para as universidades privadas. A crise institucional apresenta-se como duas razões: a de reduzir a autonomia da universidade até ao patamar necessário a eliminação da produção e divulgação livre de conhecimento crítico e a de pôr a universidade ao serviço de projetos modernizadores, autoritários, (SANTOS 2011, p.17).

Nesta realidade há certo distanciamento entre as universidades. A privada resume-se, unicamente, em arrecadação financeira, ou seja, uma mensalidade, que impossibilita o trabalhador assalariado ingressar na mesma. Visando o “lucro” como prioridade nas instituições privadas, significa uma perda ou uma defasagem curricular em ter de conteúdo. Já a universidade pública se distancia da privada pelo fato de ser o conteúdo a prioridade, uma vez que seu público se resume em alunos que disponibilizam uma vasta dedicação aos estudos e a pesquisa.

A crise das universidades significa a busca de solução à crise institucional. Ela se aplica como sendo uma defasagem nas instituições privadas o que perpassa uma abrangência muito grande as universidades privadas. Mais especificadamente no Brasil ela se caracteriza pela crise financeira, pelo fato do país ter passado pelo regime militar, conseqüentemente houve uma expansão do Ensino Médio o que vem a refletir no ingresso a universidade.

Ao extremo, destaca-se o modelo neoliberal de uma universidade orientada ao bem individual e espaço de realização pessoal como o ideal, no intuito de satisfazer o perfil

mercadológico de trabalho. Concentra-se na transferência de tecnologia demandada pelo setor produtivo e pela prestação de serviços ao setor estatal e com gestão priorizada na eficiência e o autofinanciamento (RIES, 2013).

Isto quer dizer que a equidade na educação superior não se restringe ao acesso e nem mesmo à permanência no sistema para atingir o sucesso, que corresponde à conclusão de um determinado nível de estudo. Para Ries (2013) a equidade não se restringe ao número de anos que um indivíduo cursou, mas se amplia para o exame das estratégias e suporte ofertados para que o indivíduo consiga sucesso na vida pessoal, estudantil e profissional. A equidade se relaciona com conclusão de um determinado nível em igualdade a outros sujeitos.

Tal forma traz consigo Contextos Emergentes da Educação Superior. Os mesmos configuram-se em construções na educação superior observadas pelas sociedades contemporâneas e que convivem sobre concepções, refletoras de tendências históricas (RIES, 2013). São contextos que apresentam os traços e modos de comportamento que conformam o caráter ou a identidade de uma coletividade. Discorre-se sobre o desenvolvimento humano e social na globalização, em que há interação com outras formas de contextos, mesmo que diante da existência inexplicável pela universidade, o fato é que a instituição é uma agência de desenvolvimento humano e social.

Tais contextos emergentes, situados entre um modelo de universidade tradicional e um modelo de universidade neoliberal foram registrados por Morosini (2001) como noção de qualidade na educação superior. O autor aponta critérios de igualdade, acesso, condições e meios de aprendizagem, ganhos educativos, e o impacto social nos cenários onde os indivíduos vivem. Formichella (2014) afirma que todas as pessoas podem alcançar os mesmos objetivos. Isso deixa implícito que são necessárias medidas compensatórias para a obtenção dos mesmos resultados. A equidade é a igualdade de resultados. Esta concepção identifica um compromisso do estado e das IES com os indivíduos para que ao término de sua formação tenham igualdade de atributos.

3 Considerações finais

Tendo em vista os aspectos levantados, considera-se que a universidade deve primar pela produção e disseminação do conhecimento, não só nas estruturas administrativa e pedagógica, mas evidenciando a inovação em todas as dimensões. A cultura universitária necessita pôr em prática um currículo dinâmico, flexível, que permita as abordagens

interdisciplinares. Ou seja, inovar através da pesquisa, da contextualização e da problematização dos conteúdos.

Distingue-se a qualidade interdisciplinar, como necessidade de superar a fragmentação das disciplinas. Ela envolve o diálogo, e, dessa forma, é um modo de trabalhar o conhecimento teórico-acadêmico e expandi-lo às situações locais e regionais. Para tanto, ela anseia a passagem da concepção fragmentada à conciliação, relacionando, para isso, participativamente, o conhecimento, numa interações de teorias e metodologias pertinentes e relevantes a diversas áreas do conhecimento, a serem ensinadas e estimuladas a partir do currículo.

Acredita-se ser de suma importância desenvolver a pesquisa de forma detalhada no decorrer da formação, justamente para oferecer ao aluno as condições e as competências que emergem dessa prática metodológica. Por esses aspectos contempla-se, nesta pesquisa, a promoção do desenvolvimento regional e local. Com efeito, não se permitiu classificar diferente um estudo que traz diagnóstico de instituições de ensino configuradas e caracterizadas pelas dimensões política, econômica, histórica e social.

O parecer que se estabelece aponta para o sistema educacional local, incluindo a universidade e suas parcerias, na busca pela preparação e integração dos diversos setores regionais, entre eles o da educação. Nota-se, em sentido amplo, que a universidade transforma e enriquece as ações pedagógicas; assim, o estudo compreendeu a relação existente entre educação e desenvolvimento regional. Tal semelhança foi validada por meio de evidências constatadas, as quais destacaram a importância da educação proveniente da integração da pesquisa nos processos pedagógicos.

Em suma, conclui-se a importância de se compreender como os saberes docentes [professorais] são constituídos e mobilizados, cotidianamente, no desempenho das tarefas no ambiente escolar. É contundente reforçar a necessidade de revisão dos processos de formação pela IES, ao destacar as diferenças entre o contexto universitário voltado apenas para a pesquisa acadêmica. Vale destacar a necessidade de uma formação que discute com a comunidade regional, da qual participem professores e alunos.

Em vista dos argumentos apresentados, o desenvolvimento é o crescimento mediante da inter-relação dos campos econômico, social, científico e tecnológico. Faz-se necessário questionar onde ficam e qual o papel que desempenham os aspectos culturais, educacionais e humanos do desenvolvimento. Entende-se que o desenvolvimento, que não é semelhante ao crescimento econômico, ocorrerá quando o conjunto de uma sociedade for contemplado.

No que tange à pertinência social, bem como a relação de profissionais pesquisadores com a proposta de desenvolvimento regional, sustenta-se que a educação é o elemento desta análise, proclamada aqui - enquanto pesquisa científica no campo do desenvolvimento regional - como princípio essencial, inerente a todo processo humano, histórico, social e político. Dado o exposto, o desenvolvimento, por sua vez, pressupõe uma dinâmica e o exercício da própria ação docente, e, em vista disso, novas abordagens deverão ser realizadas, buscando-se aproximar a formação continuada das atividades de ensinar e aprender, agregando-as ao processo de desenvolvimento regional.

É imprescindível compreender, de forma ampla e complexa, o fenômeno do desenvolvimento local e regional, uma vez que a dinâmica social do homem é marcada pela ação contínua e descontínua, que desencadeia a reflexão e a ação dentro do seu contexto político, econômico e social. Indispensável, diante dos argumentos expostos, que as IES se conscientizem sobre sua influência e que contemplem o desenvolvimento regional, o que exige conhecimentos, tomada de consciência e reflexão sobre suas realizações, o que lhes possibilite rever os conceitos de educação, currículo e práticas educativas sociais, permitindo os devidos ajustes em consonância com o tempo e a realidade em que atuam, já que o conhecimento é uma peça fundamental em qualquer relação de trabalho e para a melhoria da qualidade de vida da coletividade.

Contudo, o sistema educacional está sendo equitativo quando os resultados da educação e da formação do alunado não dependerem de fatores geradores das características iniciais explanadas durante esse estudo, quando o tratamento em relação à aprendizagem corresponder às condições e comprometimentos quanto aos recursos materiais e não materiais, mas apresentar a condição à evolução humana, ela aperfeiçoa as aptidões através da interação do seu meio envolvente.

Referências:

ANDRÉ, Marli (Org.). *O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores*. Campinas: Papirus, 2001.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFLD, Neide Aparecida de Souza. *Projeto de Pesquisa: Propostas metodológicas*. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BOISIER, Sergio. *Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: Entre a Caixa Preta e o Projeto Político*, 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. Apresentada em 13 de dezembro de 2005. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 27/12/16.

_____. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. 2010. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CUNHA, Maria Isabel da. Inovações pedagógicas: desafios da reconfiguração de saberes na docência universitária. *Cadernos Pedagogia Universitária*, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 5-38, 2008. Disponível em: <http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_6_PAE.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Reflexões sobre universidade, pesquisa e iniciação científica. *RBPAAE*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/25443/14786>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carine; ROMAN, Marisa Fátima. A formação de professores reflexivos: a docência como objeto de investigação. *Educação*, Santa Maria, v. 38, n. 2, p. 277-288, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1171/117127493003.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FAZENDA, Ivani. *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

FELDMANN, Marina Graziela; MASETTO, Marcos Tarciso; FREITAS, Silvana Alves. Formação inicial de educadores: currículo, trabalho pedagógico e inovação. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v.14, n.03, p. 1130-1150 jul./set. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/download/29312/20686>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FORMICHELLA, Maria. Índice de inequidade educativa básica. Una proposta de medicina de lá Equidade Educativa Interna em Latino América. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Tempe, AZ, v. 22, n. 1, jan. 2014.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LAMPERT, Ernani. A universidade e o currículo: possibilidades de redimensionar o fazer-pedagógico. *Linhas*, Florianópolis, v. 10, n. 02, p. 144–155 jul. / dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1423/1472>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

LEITE, Denise; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. *Conhecimento, avaliação e redes de colaboração: produção e produtividade na universidade*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LIBÃNEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* 10. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MOROSINI, M. C. Qualidade universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. *Interface*, Botucatu: UNESP, 2001.

NUNES, Debora Regina de Paula. Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor-pesquisador. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n.1, p. 097-107, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n1/a07v34n1.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

PAVIANI, Jaime. *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. 2. ed. Caixas do Sul: Educus, 2008.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz; LACERDA, Mitsi Pinheiro de. Possíveis significados da pesquisa na prática docente: ideias para fomentar o debate. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1229-1242, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a15.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

RICHARTZ, Terezinha. Metodologia Ativa: a importância da pesquisa na formação de professores. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações*, v. 13, n.1, p. 296-304, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2422/pdf_308>. Acesso em: 18 fev. 2017.

RIES - REDE SULBRASILEIRA DE INVESTIGADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *EDUCAÇÃO SUPERIOR E CONTEXTOS EMERGENTES*. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre: Rede Sul brasileira de Investigadores da Educação Superior, 2013.

SANTOS, Sousa Boaventura. *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Boaventura. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A Prática Pedagógica do Professor de Didática*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: como ensinar*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.